

ÍNDIOS DO BRASIL: UMA MULTIPLICIDADE DE POVOS, CULTURAS E LÍNGUAS

*Hirão Fernandes da Cunha e Souza**

RESUMO: Os povos e línguas indígenas desempenharam (e ainda desempenham) papéis importantes na formação da cultura do país e no desenvolvimento do português brasileiro. No entanto, a destruição dessa gama diversificada de povos trouxe grandes prejuízos para a história e a memória do povo brasileiro. É triste saber que, ainda hoje, após 500 anos de Brasil, a história dos povos indígenas ainda não é estudada de forma efetiva nas salas de aula do ensino fundamental e médio. O conhecimento desses povos indígenas (ao lado da história dos negros trazidos da África para trabalhar como escravos) revela-se fundamental para a formação de discentes críticos e conhecedores da verdadeira história do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Brasileira; Línguas Indígenas; Povos Indígenas.

Introdução

Quando Cabral cruzou o Atlântico com suas dez naus e três caravelas, desembarcando no que viria a se chamar de Brasil, as terras “achadas” por ele já eram povoadas por milhões de pessoas, de diversos povos indígenas, que, conquanto diferentes etnicamente, seriam iguais para o olhar do europeu.

* Mestre e doutorando em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (Ufba).

Essa diversidade de almas – linguística e culturalmente heterogêneas – foi genericamente denominada pelo termo *índio*. O uso dessa expressão para identificar os povos encontrados em toda a América mostrou-se claramente impróprio e inadequado, por não explicitar as diferenças existentes entre esses primeiros habitantes do Continente.

No caso do Brasil, especificamente, todas as tribos indígenas foram reconhecidas como se fossem um só povo e uma só cultura, pelo “olho cego” e pelo “ouvido mouco” do português que fizeram com que se desprezasse, por completo, a diversidade linguística e cultural existentes.

O mesmo ocorreu, de certa forma, com os negros capturados na África e trazidos para o Brasil. Diante da dificuldade encontrada pelos portugueses em explorar a mão de obra indígena e, ao mesmo tempo, com a certeza de lucro com o tráfico de escravos africanos, a Coroa portuguesa não hesitou em dar a sua parcela de contribuição para esse triste episódio na história da humanidade. Provindos de várias áreas do continente, pertencentes a diversos povos e culturas, esses negros eram capturados, acorrentados, amontoados nos navios negreiros e transportados em condições degradantes para trabalharem como escravos nas colônias portuguesas. Essa grande quantidade de seres humanos era expropriada de todos os seus valores culturais e de sua dignidade. Basta dizer que, quando capturados, perdiam o nome de origem e adquiriam outro em substituição, além de, violentamente, receberem uma marca de ferro quente na pele. Quando ferrados ainda na embarcação que os transportavam, eram marcados com as iniciais do navio negreiro.

Retomando os primeiros habitantes, no processo histórico de formação do português brasileiro, as línguas indígenas vão desempenhar um papel importante, sobretudo no início da colonização. No entanto, à medida em que avança o processo colonial, com a chegada de um número cada vez maior de escravos africanos, os povos indígenas que não foram exterminados foram sendo deslocados para o interior do território. Como a pretensão da Coroa Portuguesa era a de expandir a “fé” e o “império”, tendo a língua como veículo fundamental para o contato entre culturas, o colonizador europeu sentiu a necessidade de se criarem mecanismos para a consecução desses objetivos, isto é, facilitar a

comunicação e, conseqüentemente, a domesticação daqueles seres considerados “rudes” e “sem alma”.

Essa visão mostrou-se intencional e possuía, claramente, um cunho político, já que igualava em um só grupo diversos povos, troncos e famílias linguísticas, negligenciando as diferenças étnicas e culturais existentes entre os envolvidos, na contramão do que diz hoje Rodrigues (1994, p. 17) a esse respeito:

Os índios do Brasil não são um povo: são muitos povos, diferentes de nós e diferentes entre si. Cada qual tem usos e costumes próprios, com habilidades tecnológicas, atitudes estéticas, crenças religiosas, organização social e filosofia peculiares, resultantes de experiências de vida acumuladas e desenvolvidas em milhares de anos. E distinguem-se também de nós e entre si por falarem diferentes línguas.

Não obstante esse cenário, o Estado, assim como a Igreja, percebeu que não era interesse para os propósitos colonialistas explicitar a diferença e manter uma Babel linguística. Objetivaram, dessa forma, eliminar a multiplicidade de línguas, usando como estratégia a eleição daquela que, por ser predominante na costa e falada por um maior número de pessoas, seria satisfatória aos interesses do Estado português: uma língua ampla, geral, que desse conta do esforço da Coroa Portuguesa para efetivar a conquista do novo território. Segundo Franchetto e Leite (2006, p. 25-26) “[...] a multiplicidade de línguas era um empecilho à conversão, e todas as línguas deveriam ser reduzidas a uma só, a mais geral”.

Para os propósitos colonialistas, portanto, a dicotomia também foi estabelecida entre as próprias línguas indígenas, ao definir a existência dos *Tupi* e dos *Tapuia*. Nessa perspectiva, o olhar português colocava sua língua e sua cultura como superiores e as demais línguas, no caso as indígenas, como inferiores e atrasadas. Mattos e Silva (2006, p. 240) argumenta que, “para além da área litorânea, se encontravam outros múltiplos grupos indígenas, genericamente chamados pelos *tupi* e pelos colonizadores de *tapuias* [...]”. Essa diversidade de línguas pertencia, principalmente, segundo classificações atuais, ao

tronco linguístico *Macro-Jê*. Citando ainda Mattos e Silva (2006, p. 241), esse tronco “[...] se estendia pelos interiores do Nordeste até o meio norte; pelos cerrados do Brasil Central até o Sul Oriental da Bacia do Prata; para o Sul do Brasil, ocupariam áreas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina”.

Com a valorização das línguas do tronco *Tupi*, em detrimento das demais, criou-se um panorama ideológico no sentido de enaltecer a língua *Tupinambá*, produzindo, dessa forma, uma avaliação maniqueísta sobre as línguas, entre o que é bom e o que é ruim, entre o tosco e o elegante, língua de gente (*abanheenga*), língua bárbara (*nheengaíba*), uma língua "boa" e "superior", a qual se tornou referência entre as demais, condenando para sempre a diversidade e a heterogeneidade dos falares indígenas.

Essa política praticada pelos jesuítas e pela Coroa Portuguesa causou um prejuízo incalculável para os povos indígenas do Brasil. A partir da criação de um ideal de índio, condizente com os interesses da metrópole, foram desrespeitadas todas as diferenças existentes entre os diversos povos indígenas, reprimindo as particularidades culturais contidas no modo de vida e na visão de mundo daquelas sociedades.

Um fato de crucial importância para essa mudança de realidade foi a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, assegurando aos índios o direito de manterem a sua individualidade cultural e instituindo, como dever do Estado, a tarefa de reconhecer e proteger essas comunidades indígenas.

A nova Carta Magna passou a reconhecer as organizações sociais, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições culturais dos povos indígenas, além de discorrer sobre suas terras, exigindo uma consulta prévia às comunidades, no tocante a projetos de exploração de recursos minerais em seus territórios, principalmente contra a força destruidora das madeireiras e dos garimpos. Veja-se o que preceitua o *caput* do artigo 231 da Constituição Federal de 1988 (ANGHER, 2005, p. 90):

Art. 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Nota-se claramente um avanço no reconhecimento dos direitos indígenas no território brasileiro. Com o advento do artigo 231 da Constituição Federal, garantiram-se, aos povos indígenas, o direito à terra e o usufruto da mesma. Está longe de ser uma devolução daquilo que é de direito às comunidades indígenas brasileiras, já que os primeiros moradores do território não são mais donos do seu pedaço de chão, com a condição parcial de apenas usufruir dos frutos produzidos, sendo o domínio territorial pertencente à União.

Essa lacuna criada com o advento da colonização ainda está longe de ser preenchida. Apesar do reconhecimento, nesses últimos 20 anos, pela Constituição Federal, dos direitos dos índios brasileiros, essas comunidades, até recentemente, principalmente aquelas localizadas na região Nordeste, não eram foco de especial interesse para os antropólogos brasileiros, chegando estes, por longo período, a negar a existência de povos indígenas, especialmente na Bahia. Isso explica, em parte, a grande carência de trabalhos especializados sobre o assunto. Felizmente, tal realidade está mudando com o aumento no número de pesquisadores interessados em conhecer e pesquisar sobre a realidade tanto social como linguística dessas comunidades.

Para o tronco linguístico *Tupi*, em especial, muitos estudos já foram realizados, a começar pelo de Anchieta, com sua *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil* que, para Rodrigues (1994), seria o *Tupinambá* a língua ali retratada. De lá para cá, diversos pesquisadores se debruçaram sobre essa diversidade de comunidades indígenas, a exemplo da expedição chefiada por Karl von den Steinen, antropólogo alemão que, percorrendo o Rio *Xingu* da nascente até a foz, pretendeu empreender, em 1887, contatos com os grupos indígenas xinguanos, compostos por diversas famílias e línguas pertencentes ao tronco *Tupi*. Outro exemplo foi a criação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, tendo como seu primeiro diretor Cândido Mariano da Silva Rondon, mais conhecido como Marechal Rondon, criador da célebre frase *morrer, se preciso for, matar nunca*.

Entretanto, para o tronco linguístico Macro-Jê, especificamente, devido à standardização da língua *Tupinambá*, os estudos foram mais rarefeitos, como afirma Rodrigues (1994), haja vista o reconhecimento linguístico das evidências desse tronco ser menos claras do que as encontradas para o *Tupi*. Ademais, o autor afirma que o tronco *Macro-Jê* é constituído por um conjunto hipotético de línguas e famílias linguísticas extremamente diferenciadas entre si.

Novas pesquisas foram realizadas principalmente após a década de 80, com a louvável intenção de recuperar a história dessas comunidades. Franchetto e Leite (2006) apontam como uma das vitórias dessa luta a identificação de comunidades indígenas consideradas extintas, a exemplo do *Krénak* e do *Guató*, ambas do Tronco *Macro-Jê*, que ainda conservam suas línguas e só deixaram de falar no dia-a-dia para não serem vítimas de preconceitos. Nota-se, portanto, um novo olhar sobre a questão indígena no Brasil.

Ainda considerando a opinião de Franchetto e Leite (2006), somente na segunda metade do século XIX, começa-se a ruptura na hegemonia de pesquisa e análise das línguas *Tupi*. Os viajantes, principalmente os missionários, desbravaram a imensidão do território, descrevendo e estudando línguas indígenas não pertencentes a esse tronco.

No século XXI, para o bem da história e cultura do Brasil, os povos indígenas estão conquistando um pouco do seu espaço há muito perdido. Com os movimentos de resgate das culturas e línguas indígenas, está sendo possível levar para as salas de aula do Ensino Fundamental e Médio o reconhecimento e a valorização de um dos três pilares de formação do português brasileiro (ao lado do africano e do português).

2 Colonizar era preciso

No processo de implantação do império colonial português, a Coroa, ávida em ampliar seus domínios, ansiosa para encontrar riquezas minerais no território recém-descoberto e consciente da necessidade de manter a posse de suas terras, percebeu a urgência em estabelecer núcleos permanentes de povoamento, isto é, era preciso colonizar

o Brasil. Para tanto, a metrópole baseou-se em três pilares fundamentais: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo.

No entanto, o estabelecimento do empreendimento colonial não se deu uniformemente em todo o território brasileiro. Ainda em 1532, quando começa efetivamente o povoamento da costa, área em que os portugueses iniciaram seu processo de expropriação das riquezas naturais, inicialmente com o pau-brasil, formou-se uma realidade que viria a apresentar vários desdobramentos, quer na perspectiva socioeconômica, quer na perspectiva linguística.

Na nova Colônia, pela necessidade de uma estrutura adequada para os propósitos de Portugal, houve uma acentuada devastação das paisagens naturais e o extermínio desses primeiros habitantes do território. Considerando a opinião de Franchetto e Leite (2006, p 22), esse período foi a “época de deslumbramento, no encontro com o ‘outro’, e de violências e humilhações aos subjugados”. Em nome da nação portuguesa, muitas vidas foram ceifadas.

Diferentemente, em outras áreas, a exemplo da Vila de São Vicente, região onde, atualmente, está situado o Estado de São Paulo, o avanço colonial foi mais lento, possibilitando a sobrevivência por mais tempo das populações indígenas e um contato cultural e linguístico mais prolongado entre portugueses e índios. Dessa relação relativamente amistosa, se comparada com a região Nordeste, foi possível a ocorrência de uma grande mestiçagem dos colonos, em sua maioria homens, com as índias falantes de línguas do tronco *tupi*, constituindo-se uma sociedade de mamelucos, isto é, uma sociedade engendrada da mistura entre brancos e índios.

No Nordeste, região mais dinâmica economicamente, se comparada com a região Sudeste, a maioria dos povos indígenas foi dizimada rapidamente. Os índios dessa área ou foram exterminados ou integrados à sociedade colonial. É por essa razão que, nessa parte do território brasileiro, atualmente, a exceção do Maranhão e do Piauí, não existem mais

comunidades falantes de línguas indígenas. Com a criação do Governo-Geral¹, em 1548, com sede na capitania da Bahia de Todos os Santos, o rei de Portugal pretendeu diminuir o isolamento administrativo da colônia, além de criar estratégias mais eficientes contra os povos indígenas que resistiam à invasão. Mem de Sá, o terceiro governador-geral, deixou sua marca na história da colonização, ao exibir como troféus fileiras gigantescas de índios mortos, genocídio de milhares de pessoas que, com suas mortes, desapareceram também seus valores culturais e, como não poderia deixar de ser, suas línguas. Na Bahia, por exemplo, os povos que sobreviveram às atrocidades do sistema colonial, são falantes apenas de variedades do português brasileiro, a exemplo dos índios *pataxó(s)* e dos índios *kiriri(s)*.

Com os negros africanos, trazidos para o Brasil como mão-de-obra escrava, não foi diferente. Como afirma Machado Filho (2007, p. 31) em “substituição aos índios, vão, como se sabe, cada vez mais, endossar o cenário sócio-histórico, em velada, mas crescente influência, os negros africanos, vergonhosamente escravizados”.

Nesse segundo momento, passa a ser menor a influência das línguas indígenas. Mateus (2006, p. 71) argumenta que desde cedo e até o século XIX, em navios negreiros, desembarcavam incessantemente “na costa brasileira incontáveis grupos de negros, cujo número veio a ultrapassar rapidamente os dos primitivos habitantes da terra”. Sobre isso, veja-se a opinião de Mattos e Silva (2004, p. 20):

Enquanto os índios ou foram dizimados ou fugiram para as margens geográficas do país, e vêm aflorando, quando menos se espera, como está ocorrendo em alguns pontos do Nordeste, muitos negros, dilacerados à partida e em seguida, acantonados, quando puderam, em locais de refúgio, ou para sobreviver ou para tentar vencer seus opressores: vencidos os quilombos, restam, certamen-

¹ O primeiro Governador Geral da Colônia, Tomé de Souza, fundou a cidade de Salvador e implantou seu governo em 1549. Junto com a comitiva de Tomé de Souza, pisou em terras brasileiras o primeiro jesuíta da Companhia de Jesus, Manuel da Nóbrega. Essa Companhia, fundada em 1534, pelo padre Inácio de Loyola, foi um dos pilares da Contra-Reforma Católica na tentativa de conter o crescimento do protestantismo na Europa e nas regiões descobertas com as Grandes Navegações.

te, em múltiplos pontos do Brasil grupos que se defenderam sob a proteção natural (e sobrenatural) e que aos poucos se revelam.

Entra em cena, portanto, o africano, um dos agentes formatadores do português geral brasileiro que, para Mattos e Silva (2006), é o antecedente histórico do português popular brasileiro.

Assim, não menos cruel foi o tratamento dado a essas pessoas capturadas na África e trazidas para o Brasil. Embora os portugueses tivessem consciência de que naquele continente viviam diversas etnias de diferentes culturas, esses colonizadores os obrigaram ao nivelamento e a subserviência, no processo de escravidão a que se submeteram historicamente, passando a serem identificados, cruelmente, como escravos.

3 Comunicar para dominar: as Línguas Gerais

Como se sabe, a ocupação do território que viria a se chamar de Brasil começou muito antes do século XVI, quando os portugueses pisaram pela primeira vez em Pindorama, terra de exuberantes palmeiras. Por aqui já habitavam centenas de povos, de identidades históricas próprias, falantes de muitas e diferentes línguas e com valores socioculturais e religiosos bem heterogêneos.

Ao contrário do português, o índio não conhecia o dinheiro, a propriedade privada e, tampouco, o trabalho escravo. Tais fatores são fundamentais para se entender o trágico resultado do contato entre esses dois personagens de nossa história. Nossos índios contribuíram bastante para a formação da cultura brasileira, a exemplo do hábito do banho diário e do uso da rede para dormir. Além disso, muitas palavras do léxico português foram herdadas das línguas indígenas. Quem nunca comeu um aipim cozido, um beiju (de tapioca), uma canjica, um caju, uma goiaba, um mingau, uma pamonha ou uma pipoca. Quem nunca ouviu falar da existência, nas matas do Sertão, de um arapuá, um caburé, uma cutia, um gambá, uma jararacuçu ou uma jiboia. Esses são apenas exemplos demonstrativos da infinidade de itens lexicais herdados das línguas indígenas brasileiras. Para a Microrregião de Irecê, topônimo significando “pela água, à tona d’água, à mercê da

corrente”, muitos outros topônimos indígenas denominam cidades da região, a exemplo da Cidade de Uibaí, significando “flecha n’água”, a Cidade de Jussara, significando palmeira (seus espinhos eram usados para tecer) e a Cidade de Ibititá, significando “montanha de pedra” ou “aldeia da montanha”. Todos esses exemplos são ilustrativos, já que, além dos nomes de lugares, muitos nomes de pessoas, os denominados antropônimos, são também de origem indígena. Quem não conhece alguém por nome Araci ou Iara (Iracir, Jacir, Maíra ou Moema), ou não possui uma prima com o nome de Iracema ou Janaína (Jacira, Jandira, Jurema ou Tainá). Por fim, quem não conhece um vizinho, primo ou tio com o nome de Moacir ou Caubir (Guaraci, Peri, Ubirajara ou Ubiratã).

No entanto, desrespeitando toda essa diversidade linguística dos povos indígenas brasileiros e, principalmente, desejosos de expandir a fé e o império, os colonizadores perceberam a necessidade de se estabelecer um processo de comunicação com os nativos de forma a viabilizar os ambiciosos projetos exploratórios estabelecidos pela Coroa. Objetivaram, prioritariamente, eliminar a multiplicidade de línguas existentes no território brasileiro usando como estratégia a eleição daquela que, por ser predominante na costa e falada por um maior número de pessoas, seria satisfatória aos interesses do Estado português: uma língua ampla, geral, que desse conta do esforço da Coroa Portuguesa para efetivar a conquista do novo território. Para Franchetto e Leite (2006, p. 26) a “multiplicidade de línguas era um empecilho à conversão, e todas as línguas deveriam ser reduzidas a uma só, a mais geral”.

Muitas discussões já foram travadas nos centros acadêmicos, sejam elas sociológicas, antropológicas ou linguísticas² quanto à questão de ter havido ou não uma língua de uso geral, abandonada no século XVIII. O linguista Aryon Rodrigues, uma das maiores referências em línguas indígenas no Brasil, defende ter havido apenas duas línguas gerais setorizadas, ignorando, de certa forma, a presença dessas línguas em outras partes do ter-

² Aryon Rodrigues (1994) defende a hipótese restrita de que foram geradas duas línguas gerais focando exclusivamente dois cenários: uma língua geral paulista e uma língua geral amazônica. Por outro lado, autores como Lobo et al. (2006), baseados em dados localizados no Arquivo Público do Estado da Bahia, ampliam o conceito restrito de Rodrigues, ao trazerem novos dados sobre as línguas gerais para o cenário baiano.

ritório. Esse referido autor traz o conceito de língua geral segundo o qual seriam línguas de origem indígena, faladas principalmente por nativos, os chamados caboclos, oriundos da mistura entre índios e europeus. Nas palavras de Rodrigues (1994, p. 5):

A expressão *língua geral* tomou um sentido bem definido no Brasil nos séculos XVII e XVIII, quando, tanto em São Paulo como no Maranhão e Pará, passou a designar as línguas de origem indígena faladas, nas respectivas províncias, por toda a população originada no cruzamento de europeus e índios tupi-guaranis (especificamente os tupis em São Paulo e os tupinambás no Maranhão e Pará), à qual foi-se agregando um contingente de origem africana e contingentes de vários outros povos indígenas, incorporados ao regime colonial, em geral na qualidade de escravos ou de índios de missão.

Baseado em dados demográficos e históricos, Aryon Rodrigues defende que, na área costeira compreendida entre o Rio de Janeiro e o Piauí, não houve condições socio-linguísticas adequadas para a formação de *línguas gerais* e que, apenas na região Sul, formou-se a *Língua Geral Paulista* (LGP) e, no extremo Norte, formou-se a *Língua Geral Amazônica* (LGA).

Outros linguistas, por outro lado, a exemplo de (LOBO; MATTOS E SILVA; E MACHADO FILHO, 2006, p. 614), abordam a questão da língua geral no Sul da Bahia, na segunda metade do século XVIII, ampliando a opinião de Aryon Rodrigues para o cenário baiano e apresentam, com clareza, a seguinte interpretação:

Para Rodrigues (1996: 06), *língua geral* é uma expressão lexicalizada, um *termo técnico*, que deveria ser utilizado unicamente para designar uma situação sociolingüística bastante peculiar e restrita na história do Brasil: a do surgimento de línguas que se formaram em “condições especiais de contato entre europeus e povos indígenas”. Nomeadamente a Língua Geral Paulista (LGP), de origem tupiniquim, falada de início em São Paulo e, posteriormente, levada pelas bandeiras, em Minas Gerais, no Sul de Goiás, no Mato Grosso e no Norte do Paraná, e a Língua Geral Amazônica (LGA), de origem tupinambá, falada de início no Pará e no Maranhão e, posteriormente, na Amazônia, acompanhando a expansão portuguesa na área.

Ainda considerando a opinião de (LOBO; MATTOS E SILVA; E MACHADO FILHO, 2006, p. 628):

A nossa conclusão vai no sentido de afirmar a propriedade não necessariamente de resguardar o caráter polissêmico da expressão *língua geral* em toda a sua amplitude, mas de indicar que, tendo sido o termo utilizado em contextos demográficos e, portanto, linguísticos diversos dos previstos por Rodrigues, não se possa falar de apenas duas línguas gerais na história linguística do Brasil.

E mais adiante, novamente, para os autores supracitados (p. 613):

Falar da história linguística mais recuada do Brasil, especificamente sobre a difusão de uma chamada língua geral é um desses casos. Os registros são parcos e o consenso, sobre o termo, inconceito. Talvez por isso tenha a expressão língua geral, até hoje, permitido diversas interpretações.

Pela grande extensão territorial e pela necessidade de comunicação necessária desde os primeiros anos de colonização, a possível presença de línguas gerais em outras áreas diferentes daquelas delimitadas por Aryon Rodrigues é bastante plausível. Mattos e Silva (2006, p. 14-15), fazendo referência a Houaiss (1985), traz à baila também a discussão sobre essa possibilidade, ao relatar a possível existência de uma língua geral *Kariri* na região Nordeste:

O processo colonizador e evangelizador dos séculos XVI e XVII teve de utilizar como instrumento fundamental para a dominação, línguas indígenas brasileiras. Embora homogeneizadora da atividade catequética – construiu um “tupi jesuítico” –, a língua geral da costa, de base tupi, chegou a ser um risco para a hegemonia do português no Brasil, juntamente com outras línguas gerais indígenas que foram veículos de intercomunicação entre brancos, negros e índios não só no litoral brasileiro, mas nas entradas paulistas; pelo nordeste teria sido uma língua geral *cariri* (Houaiss, 1985: 49-50) e na Amazônia a língua geral de base tupinambá é o antepassado do *nheengatu*, que persiste hoje em área de complexo multilinguismo no rio Negro, língua brasileira, fruto vivo da morte de outras línguas.

Historicamente, registra-se que o século XVIII é marcante por ter sido nele que se iniciou o declínio das *línguas gerais*, que terminaram por perder quase todo o seu espaço para a língua portuguesa, hoje hegemônica, considerando como ponto de referência o Diretório do Marquês de Pombal, publicado em 1757 e 1758, proibindo o uso da língua geral e tornando a língua portuguesa oficial e obrigatória³.

Tal documento, confeccionado em 3 de maio de 1757, trouxe decisões que foram aplicadas inicialmente ao Pará e ao Maranhão e ampliadas, em 17 de agosto de 1758, para todo o território brasileiro. A proibição pombalina foi um dentre os vários fatores extralinguísticos responsáveis pelo extermínio quase que total das línguas indígenas ainda existentes no Brasil. Além do diretório do Marquês de Pombal, outros fatos contribuíram para a decadência da língua geral, a exemplo da expulsão dos jesuítas, em 1759, seus principais defensores, e a chegada de numerosos imigrantes portugueses seduzidos pela descoberta das minas de ouro, em Minas Gerais⁴.

Com a descoberta do ouro, em 1694, o projeto colonial dá um grande passo para a sua consolidação. Nota-se que, até esse período, a língua portuguesa, mergulhada em um multilinguismo generalizado, não é a mais falada na colônia, convivendo em igualdade

³ Nota-se que as línguas indígenas foram fundamentais para a comunicação entre os portugueses e as populações aloglotas, principalmente nos primeiros séculos da colonização, a exemplo dos bandeirantes que as utilizavam em suas expedições para o interior do território. Porém, “em 1757, com o Marquês de Pombal, se define explicitamente para o Brasil, uma política linguística e cultural que fez mudar de rumo a trajetória que poderia ter levado o Brasil a ser uma nação de língua majoritária indígena, já que os dados históricos informam que uma língua geral de base indígena ultrapassara de muito as reduções jesuíticas e se estabeleceu como língua familiar no Brasil eminentemente rural de então. Pombal define o português como língua da colônia, conseqüentemente obriga o seu uso na documentação oficial e implementa o ensino leigo no Brasil, antes restrito à Companhia de Jesus, que foi expulsa do Brasil” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 20-21).

⁴ Com a decadência do açúcar, principalmente na segunda metade do século XVII, a Coroa Portuguesa incentivou expedições de bandeirantes para o interior do território à procura de metais preciosos. A corrida do ouro trouxe grandes mudanças e também conflitos. Como as minas foram descobertas pelos paulistas, muitos forasteiros, vindos de toda parte, intitulados jocosamente de emboabas, também tentavam explorar as jazidas, sendo inevitável a deflagração da famosa *Guerra dos Emboabas* (1708-1709). Administrativamente, com o ouro, desloca-se o centro econômico, antes pertencente às capitânicas do Nordeste. Em 1759, extinguiu-se o sistema de capitânicas hereditárias; em 1763, a capital da colônia foi deslocada de Salvador para o Rio de Janeiro, mudando o eixo político e econômico da região Nordeste para a região Sul.

e, até mesmo, em desvantagem em relação às outras línguas, sejam elas indígenas ou africanas. Em Vila Rica (atual Ouro Preto), a colônia portuguesa auferiu um novo impulso econômico e apresenta o seu primeiro surto de urbanização.

Em fins do século XVII e durante o século XVIII ocorre um notável crescimento da população brasileira, com a importação cada vez maior de escravos africanos e a chegada crescente de imigrantes portugueses atraídos pela “febre do ouro”. Assim, desenvolve-se uma estrutura administrativa, com funcionários, magistrados, o surgimento de um sistema de produção e circulação de escritos e um público leitor. Junto a isso, esboça-se uma norma culta brasileira, letrada e já apresentando, obviamente, traços de diferenciação do falar da metrópole. Autores como Paul Teyssier e Serafim da Silva Neto denunciaram algumas dessas diferenças, surgidas ao longo do tempo, ao apresentarem a não distinção, pela população brasileira, entre pretônicas abertas e fechadas, o alteamento de vogais médias e mudança na ordem dos clíticos.

Esse avanço lusófono, reforçado com a vinda da família real para o Rio de Janeiro, em 1808, traz consigo o aprofundamento da lusofonia, já que esse contingente populacional vai ser referência em termos de padrão de comportamento cultural e, naturalmente, linguístico.

Todos esses fatos históricos, portanto, acontecidos ao longo da implantação do empreendimento colonial português, deixaram como herança, após esses 500 anos de história, comunidades que não são mais falantes de suas línguas nativas, além de outras que, mesmo mantendo as suas línguas de origem, escondem-nas por medo de sofrerem retaliações e preconceitos. É o que Mattos e Silva (1988) chama de “etnia dominada” pela necessidade de sobrevivência e obrigatoriedade de adaptação a uma nova realidade, sendo mais seguro e menos doloroso conhecerem e adotarem o idioma do dominador.

Esse fato não é novidade, já que, ainda na antiguidade, os povos da Península Ibérica, subjugados pelo Império Romano, tinham de se adaptar à nova realidade imposta e adotar o latim como estratégia de sobrevivência. A reflexão de Mattos e Silva (1988, p. 39), para o português brasileiro, também segue essa lógica:

Cedo o português tende a predominar na comunicação interétnica, e, em certos casos, intertribal, em detrimento das línguas indígenas. A necessidade de aprender português surge durante o contacto intermitente, ao começar a participação do índio no sistema económico regional, quer como fornecedor de mão de obra esporádica quer de produtos florestais ou agrícolas; mas é durante o contacto permanente que essa necessidade se torna compulsiva, sendo exigência para o próprio sobreviver do grupo em sua qualidade de etnia dominada.

Pela citação de Mattos e Silva (1988) e pela compreensão do processo de domínio e extermínio da maioria das línguas no território brasileiro, chega-se à conclusão de que língua e política possuem uma relação muito próxima, no sentido da forte imposição económica e social pelos reais fatores do poder. Esse fato é claramente explicitado por Franchetto e Leite (2006, p. 20) ao dizerem que um “dos principais fatores dessa condenação à morte é a pressão das línguas nacionais, em situações de poder superior socioeconômico”.

Nessa perspectiva, com a expulsão dos jesuítas por conta da política de Pombal, em meados do século XVIII, e a proibição de se falarem ou estudarem línguas indígenas, deflagrou-se um acentuado declínio da LGP, permanecendo provisoriamente ainda hegemônica a LGA, na região Norte do país.

Essa realidade começa a se alterar com o desenvolvimento de atividades económicas na região, a exemplo do cultivo da borracha, favorecendo a migração de grandes contingentes populacionais.

Para a extração do látex oriundo da seringueira, acontece uma migração de nordestinos, principalmente do Ceará, estado mais atingido pela seca do final do século XIX. Como esse grupo era geralmente composto por pessoas que falavam apenas a língua portuguesa e sendo esta mesma língua a que foi utilizada nas relações comerciais recém surgidas na região, o idioma português passou a ocupar grande espaço no cenário linguístico da área onde antes predominava a LGA. Veja-se a figura 01, a seguir:

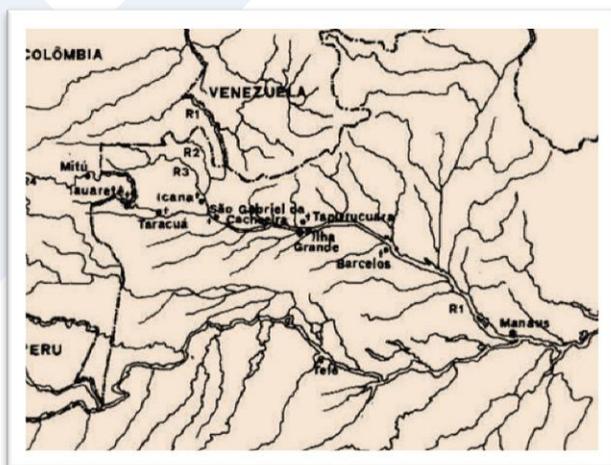


FIGURA 1: Área de atuação do nheengatu no Vale do Rio Negro
 (Fonte: Taylor, G. (1985). Apontamentos sobre o nheengatu no Rio Negro, Brasil, *Ameríndia*, 10, p. 6)

Segundo Rodrigues (2006), após a expansão da língua portuguesa na região amazônica, restringiram-se bastante os locais que mantiveram o uso da língua geral. A LGA, antecedente do hoje conhecido como *nheengatu*, tem uma área de atuação muito restrita na região Norte do Brasil, sendo a cidade de São Gabriel da Cachoeira, no rio Negro, o local onde o *nheengatu* apresenta maior expressividade, chegando a ser elevada ao *status* de língua oficial.

Em síntese, das aproximadamente 1.175 (mil cento e setenta e cinco) línguas indígenas, estimativa de Rodrigues (1994), resistiram cerca de 180, faladas por aqueles poucos sobreviventes, refugiados em reservas espalhadas pelo país e, nessa mesma direção, das 200 (duzentas) a 300 (trezentas) línguas africanas transplantadas para cá, não há registro de língua africana sendo falada hoje como nativa por nenhuma comunidade linguística brasileira.

4 Uma história de perdas e danos

A história dos povos indígenas em solo brasileiro, já contada e recontada por historiadores e linguistas, revela o massacre étnico, cultural e linguístico, por conta das atrocidades cometidas, em nome do poder econômico, pela Coroa Portuguesa.

Para Franchetto e Leite (2006, p. 17), a história dos povos indígenas do Brasil é uma “história de perdas e danos”.

Perda no sentido de destruição, isto é, grosso modo, ser ou ficar privado de algo que possuía. Com a perda, priva-se totalmente da coisa ou do objeto. Dessa forma, considerando o conhecido massacre dos povos indígenas do Brasil, logo nos primeiros séculos de colonização, milhões de pessoas foram exterminadas, representando uma perda assustadora de vidas humanas. Seja através do genocídio em massa, seja através de epidemias trazidas do Velho Mundo e disseminadas, muitas vezes, intencionalmente, entre os nativos ou, ainda, pela redução progressiva dos territórios utilizados, há séculos, pelos nativos para suas práticas tradicionais de sobrevivência como a caça, a pesca e a coleta, vivenciou-se um processo acelerado de depopulação das comunidades indígenas.

Com esse trágico cenário, nota-se não só a perda de muitas vidas, mas, também, a perda da memória e de todo um passado desses povos. Numa rápida demonstração da situação atual das línguas indígenas do Brasil, têm-se uma ideia do que se perdeu. Veja-se o gráfico nº 1:

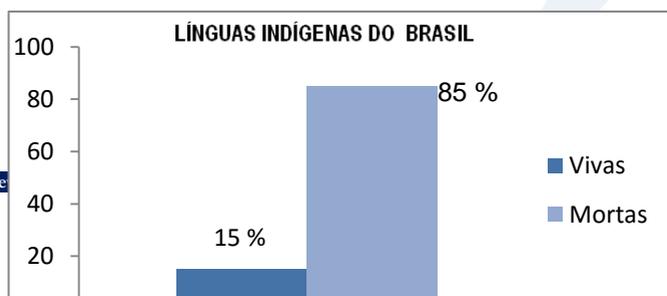


Gráfico 01: percentagem das línguas indígenas do Brasil da colonização até hoje.

Pelo gráfico demonstrado acima, percebe-se uma quase completa destruição da diversidade linguística nos últimos 500 anos. Com base em um número de 180 línguas hoje faladas, Rodrigues (1994) faz referência a uma estimativa de perda na ordem de aproximadamente 1.000 (mil) línguas nesse período. Em termos percentuais, a estimativa representa uma perda de **85%** (oitenta e cinco por cento) das línguas outrora existentes.

No caso dos danos, no sentido de ‘prejuízos por estrago ou inutilização de um determinado bem’, tem-se uma deterioração da coisa, sem implicar, entretanto, em sua extinção ou desaparecimento. Não obstante, uma perda pode significar danos, no sentido em que pode trazer consequências e prejuízos futuros, sobretudo quando essa perda se relaciona com a questão cultural. É o caso da extinção de diversas línguas indígenas. A perda dessas línguas, portanto, já que um fato social nunca acontece sozinho, traz como consequência o fato de não ser mais transmitida para as gerações futuras. A perda, nesse caso, significou algo bem mais radical e profundo na dolorosa história dos povos indígenas e trouxe consigo prejuízos irreparáveis para essas comunidades.

Considerando os danos como consequências das perdas, no processo de colonização e genocídio indígena, os índios que não morreram, exterminados pelas doenças transmitidas ou por chacinas provocadas intencionalmente pelos colonizadores, se integraram completamente à sociedade brasileira ou se refugiaram no interior do país, isolados ou sob a “proteção” do Estado. Veja-se na citação de (RODRIGUES, 1993, p. 22) uma explicação clara dos danos provocados pela morte de diversas línguas indígenas no território brasileiro, causados como consequência dessas perdas:

A situação das línguas é, portanto, extremamente grave, seja do ponto de vista da perda do conhecimento linguístico e cultural que o desaparecimento de qualquer língua significa, seja do ponto de vista da desintegração social e espiritual que acarreta para esses povos.

Os povos indígenas da Bahia, por exemplo, sofreram a perda de suas línguas nativas e, como consequência, foram privados de boa parte de seus costumes, seus mitos, sua poesia, sua dança e sua música. Além disso, não vivem mais em comunidade, no sentido original de uma estrutura social com comportamento genuinamente indígena.

Diante de tantas perdas, os danos irreparáveis tanto culturais como linguísticos para esses povos foram incalculáveis. A comemoração dos 500 anos do Brasil não parece, sob essa ótica, ser algo digno de aplausos para os índios. Sem o verdadeiro respeito às suas tradições e valores culturais, os povos indígenas continuarão marginalizados e encarados como seres estranhos, diferentes, inferiores e, naturalmente, esquecidos.

Não é novidade dizer que as comunidades indígenas brasileiras, até recentemente, principalmente aquelas localizadas na região Nordeste, não eram foco de especial interesse para os antropólogos, chegando estes, por longo período, a negar a existência de povos indígenas, especialmente na Bahia. Esse fato justifica-se, talvez, em função da visão da antropologia estruturalista, ao ver a língua como um sistema homogêneo. Isso explica, em parte, a grande carência de trabalhos especializados sobre o assunto. Tal postura levava a crer que a causa indígena e o reconhecimento de seus direitos eram temas considerados secundários, insignificantes, deslocados dos grandes debates da antropologia.

O senso comum, por exemplo, por conta da carência de pesquisas voltadas para as comunidades indígenas, especialmente na Bahia, sabe muito pouco sobre a diversidade cultural e linguística desses povos. Uma grande prova disso são as informações veiculadas, na imprensa televisiva ou escrita, sobre o assunto. Não é difícil encontrar informações equivocadas sobre os troncos e famílias linguísticas, além da associação de povos ameríndios a regiões do país onde nunca estiveram presentes, a exemplo de topônimos indígenas do tronco linguístico *Tupi* em locais habitados por índios do tronco *Macro-Jê*.

Note-se que, conceitualmente, troncos, famílias e línguas são coisas distintas. Segundo Rodrigues (1994), admite-se, para o Brasil, a existência de dois grandes troncos linguísticos: o Tronco *Tupi*, falado por povos que no passado colonial se encontravam localizados mais ao litoral do território e o Tronco *Macro-Jê*, mais para o interior. Para um melhor entendimento do que seja um tronco linguístico, tem-se em mente que as línguas que o integram, em um passado mais distante, foram constituídas tendo por base um ancestral comum a que Aryon Rodrigues e muitos outros estudiosos que o precederam convencionaram chamar de Tronco. Portanto, todas as línguas do mundo são classificadas em famílias baseando-se no critério genético, isto é, uma família é composta por um grupo de línguas provenientes de uma mesma origem.

Considerando a opinião do mesmo autor, além do mencionado acima, ainda existem no território brasileiro 20 (vinte) famílias linguísticas não classificadas em nenhum dos troncos citados. Assim, resumidamente falando, as línguas indígenas faladas no Brasil são reunidas, devido às suas semelhanças, em famílias linguísticas que, por sua vez, são agrupadas em troncos linguísticos. Essas diversas línguas revelam uma origem comum e uma diversificação própria do processo de mudança que ocorre nas línguas ao longo do tempo. Outras línguas são agrupadas apenas em famílias, existindo famílias compostas apenas por uma língua, também conhecidas como línguas isoladas, por apresentarem características linguísticas muito específicas e não possuírem semelhanças com nenhuma outra língua conhecida.

4.1 O tronco *Tupi*

Os povos indígenas que faziam parte desse tronco linguístico concentravam-se nas regiões costeiras e, como o *Tupinambá*, uma das línguas pertencentes ao Tronco *Tupi*, possuía uma variedade dialetal expressiva; tal língua foi eleita como veículo de comunicação entre colonizadores e índios.

Veja-se, na figura 01, os povos do tronco linguístico *tupi*, distribuídos nas regiões costeiras, no momento inicial da colonização do Brasil:

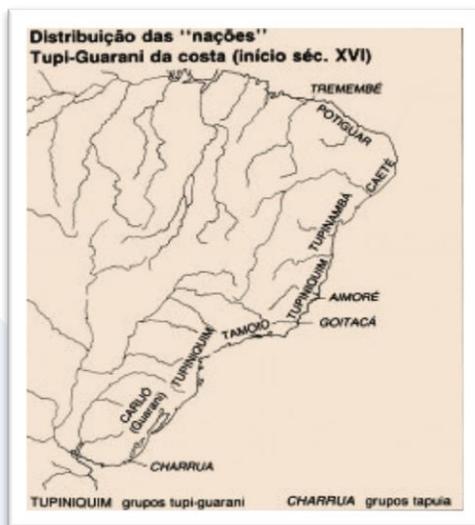


Figura 02: distribuição dos povos indígenas Tupi-Guarani no início do século XVI.

Fonte: Fausto, C. Fragmentos de história e cultura tupinambá.

In: Cunha, M. C. História dos índios no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras/Fapesp/SML, p. 384.

Veja-se o quadro baseado na classificação genética de Aryon Rodrigues atualizada para o *site* do Instituto Socioambiental (ISA):

FAMÍLIAS	LÍNGUAS	DIALETOS
Família Tupi-Guaraní		Parakanã
		Suruí do Tocantins
		Akwáwa
		Amanayé
		Anambé
		Apiaká
		Araweté
		Asuriní do Xingu
		Asuriní do Tocantins
		Avá-Canoeiro
	Guajá	
	Guarani	Kaiowá
		Mbyá
		Nhandéva
	Kaapor (Urubu-Kaapor)	

	Kamayurá	
	Kayabí	
	Kawahíb	Parintintin Diahói Juma Karipúna Tenharin Uru-Eu-Wau-Wau
	Kokáma	Kokáma Omágua (Kambeba)
	Língua Geral Amazônica (Nheengatú). É Amazônica para distinguir da outra Língua Geral, a Paulista, agora já extinta; Nheengatú é um nome um tanto artificial, que lhe deu o Gen. Couto de Magalhães em seu livro <i>O selvagem</i> , de 1876.	
	Tapirapé	
	Tenetehára	Guajajara Tembé
	Wayampí (Waiãpi, Oiampi)	
	Xetá	
	Zo'ê (Puturú)	
Família Arikém	Karitiána	
Família Awetí	Awetí	
Família Juruna	Juruna (Yuruna) Xípaia	
Família Mawé	Mawé (Sateré-Mawé)	
Família Mondé	Aruá Cinta-Larga Gavião (Ikóro) Mondé Suruí (Paitér) Zoró	

Família Puroborá	Puroborá. É um povo de cuja língua há documentos dos anos 20 (Koch-Grünberg) e dos anos 50 (W. Hanke) e de que há ainda alguns remanescentes dispersos de Porto Velho até o Guaporé (RO/MT). A equipe do Setor Linguístico do Museu Goeldi tem feito contato com alguns e gravado dados linguísticos)
Família Mundurukú	Kuruáya Mundurukú
Família Ramarama	Káro (Arara)
Família Tuparí	Ajurú (Wayoró) Makuráp Mekém Sakirabiár Tuparí

Quadro 1 – Tronco Linguístico *Tupi*

Fonte: Classificação de Aryon Dall'Igna Rodrigues, divulgada na obra *Línguas brasileiras : para o conhecimento das línguas indígenas* (São Paulo: Loyola, 1986), atualizada em 1997 para o site do Instituto Socioambiental (ISA).

4.2 O Troco *Macro-Jê*

Além do tronco *Tupi*, o já citado Tronco *Macro-Jê*, mais para o interior do território, também era composto por diversas famílias linguísticas, a exemplo das famílias *botocudo*, *boróro*, *Krenák*, *jê*, *karajá* e *kariri*. Veja-se o quadro também baseado na classificação genética de Rodrigues (1986):

FAMÍLIAS	LÍNGUAS	DIALETOS
Família boróro	Boróro Umutina	
Família krenák	Krenák	
Família guató	Guató	
	Akwén	Xakriabá Xavánte Xerénte
	Apinayé	
	Kaingáng	Kaingáng do Paraná Kaingáng Central Kaingáng do Sudoeste Kaingáng do Sudeste
Família jê	Kayapó	Gorotire Kararaô Kokraímoro Kubenrankegn Menkrangnoti Mentuktire (Txukahamãe) Xikrín
	Panará (Kren-akore, Kren-akarore)	
	Suyá	Tapayúna
	Timbira	Canela Apaniekra Canela Ramkokamekra Gavião do Pará (Parkateyé) Gavião do Maranhão (Pukobiyé) Krahó Krenjê (Kren-yé) Krikatí (Krinkati)
	Xoklég (Aweikóma)	
Família karajá	Javaé Karajá Xambioá	
	Maxakalí	
Família maxakalí	Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe (já não falam mais suas línguas) Ofayé (Opayé, Ofayé-Xavante)	
Família ofayé		
Família rikbaksá	Rikbaksá (Erikpksá)	
Família yatê	Yatê (latê, Fulniô, Carnijó)	

Quadro 2 – Tronco Linguístico *Macro-jê*

Fonte: Classificação de Aryon Dall'Igna Rodrigues, divulgada na obra *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas* (São Paulo: Loyola, 1986), atualizada em 1997 para o site do Instituto Socioambiental (ISA).

Para esse tronco linguístico, como anteriormente dito, devido à estandardização da língua *Tupinambá*, os estudos foram mais rarefeitos, como afirma Rodrigues (1994), haja vista o reconhecimento linguístico das evidências desse tronco ser menos claro do que o das encontradas para o *Tupi*. Ademais, o autor afirma que o tronco *Macro-Jê* é constituído por um conjunto hipotético de línguas e famílias linguísticas extremamente diferenciadas entre si.

Dos poucos exemplos que podem ser citados está o trabalho realizado por Wetzels (2007), sobre os *maxacali(s)*, que ainda detêm sua língua e cuja comunidade está localizada na divisa dos estados da Bahia e de Minas Gerais. A par desse exemplo, podem-se ainda citar outras línguas em uso pelos índios, a exemplo do *boróro*, *guató* e o *ofayé*, que estão sendo estudadas atualmente. Por outro lado, outras línguas pertencentes a esse tronco já deixaram de ser faladas, a exemplo de todas as línguas da família *Kariri*.

Para a família linguística *Kariri*, hoje considerada extinta, existem documentos que apresentam uma quantidade não muito grande de dados, a exemplo daqueles registrados na gramática e no catecismo *Kipeá*, elaborados pelo jesuíta Luiz V. Mamiani (1698; 1699), e um catecismo *Dzɨbukenuá*, elaborado pelo capuchinho Bernardo de Nantes.

5 Conclusão

Diante da realidade indígena brasileira e das dificuldades enfrentadas por essas comunidades na atualidade, faz-se necessário a realização de atividades educativas que visem à construção de atitudes responsáveis e respeitadas frente à importante contribuição dos povos indígenas na formação da história, da língua e da cultura brasileira.

Aos educadores cabe o compromisso de estabelecer nas escolas uma educação que privilegie a formação plena dos estudantes possibilitando o conhecimento e reconhecimento das diferentes contribuições dos povos indígenas. Sendo, portanto, necessário tomar consciência da importância da Cultura indígena para romper o preestabelecido, traçar caminhos que sejam capazes de modificar, transformar e garantir a valorização desses povos. Com esse novo olhar, o dia do índio deixará de ser algo lembrado apenas no mês

de abril e passará a ser algo trabalhado cotidianamente, de forma interdisciplinar, considerando o índio como um importante personagem de nossa história e de nossa cultura.

INDIANS OF BRAZIL: A MULTIPLICITY PEOPLE, CULTURES AND LANGUAGES

ABSTRACT: Indigenous peoples and languages played (and still play) important roles in the country's culture of training and development of Brazilian Portuguese. However, the destruction of this diverse range of people has brought great harm to the history and memory of the Brazilian people. It is sad to know that even today, after 500 years of Brazil, the history of indigenous peoples is still not studied effectively in elementary and high school classrooms. Knowledge of these indigenous peoples (along with the history of black people brought from Africa to work as slaves) is fundamental to the formation of critical students and connoisseurs of true history of Brazil.

KEYWORDS: Brazilian culture; Indigenous Languages; Indigenous people.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal. In: ANGHER, Anne Joyce. *Vade mecum acadêmico de direito*. 2 ed. São Paulo, SP: Rideel, 2005.

FRANCHETTO, Bruna; LEITE, Yonne. 500 anos de línguas indígenas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo (Ba), 2006, p. 17-61.

LOBO, Tânia; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo. Venâncio Lopes. Índícios de língua geral no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARDOZO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (Org.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: Edufba, 2006, v. 6, p. 609-630.

MACHADO FILHO, Américo V. L. Breve incursão pelo léxico medieval do português: o testemunho de um manuscrito trecentista. In: Jornada Nacional de Estudos Linguísticos, 19, 2002, Fortaleza. *Programa e resumos*. Fortaleza: Grupo de estudos Linguísticos do Nordeste, 2002.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Sete estudos sobre o português kamaiurá*. Salvador: EDUFBA, 1988.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas*. D.E.L.T.A., v. 9, n. 1, p. 82-104, 1993.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1994.

Recebido em 30/08/2015.
Aprovado em 16/11/2015.